

“Não seremos omissos aos reclamos da nação”, diz ACM



Durante a reunião na qual tomaram posse, os 27 novos senadores prometeram, em juramento, defender a Constituição e as leis e lutar pela união e pela integridade territorial do Brasil



Antonio Carlos: prioridade para as reformas política e tributária

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy • Lúdio Coelho • Jonas Pinheiro • Mariuce Pinto

Congresso se autoconvoca por dez dias em fevereiro

PÁGINA 3

Bancadas escolhem os líderes partidários

PÁGINA 3

A crise foi o tema central do discurso feito pelo senador Antonio Carlos Magalhães, pouco depois de ser reconduzido à presidência do Senado. Ele condenou a exploração “irresponsável e criminosa” das dificuldades enfrentadas pelo país, manifestando indignação com aqueles que especulam contra o real. E ressaltou o papel que a conjuntura reserva ao Parlamento. “Não seremos omissos aos reclamos da nação”, afirmou, dizendo que as reformas política e tributária serão as prioridades do Legislativo nos próximos anos. ACM saudou os 27 senadores que tomaram posse ontem, dando início à 51ª Legislatura. Uma vez empossados, eles participaram, junto com os demais senadores, da eleição dos novos membros da Mesa Diretora.

PÁGINAS 3 A 8



Senador Antonio Carlos Magalhães abona as fichas de filiação ao PFL do senador Mozarildo Cavalcanti e dos deputados Luiz Barbosa e Francisco Rodrigues

Senador de Roraima e dois deputados entram no PFL

Antonio Carlos Magalhães presidiu a cerimônia de filiação e manifestou a satisfação do partido em receber mais três parlamentares

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) abriu espaço em sua agenda de presidente do Senado, na manhã de ontem, para presidir a solenidade de ingresso no Partido da Frente Liberal do senador eleito pelo estado de Roraima, Mozarildo Cavalcanti, e dos deputados federais Luiz

Barbosa e Francisco Rodrigues.

Ao lado dos senadores Hugo Napoleão (PI), líder do partido no Senado, e Romeu Tuma (SP), que responde pela liderança do governo na Casa, Antonio Carlos destacou a satisfação de toda a direção do PFL em receber o novo senador e os dois deputados.

O governador de Roraima, Neudo Campos, fez questão de participar do ato de filiação, mesmo sendo de outro partido – o PPB –, para acentuar “a importância e a contribuição que a aliança entre o PFL e o PPB certamente dará para o desenvolvimento de Roraima”.

Mulheres em Destaque estreia com Cláudia Costin

A TV Senado estreia hoje o programa *Mulheres em Destaque*, apresentando uma entrevista inédita com a secretária de Estado da Administração, Cláudia Costin. Ela relembra a militância no Partido Comunista do Brasil (PC do B), analisa as dificuldades que a mulher enfrenta para assumir posições no trabalho e fala de suas atividades à frente do ex-ministério e atual Secretaria de Administração, entre elas a “difícil tarefa” de moralizar o serviço público.

Cláudia conta seu trabalho para acabar com privilégios de servidores públicos e diminuir as irregularidades do setor. Essas atividades lhe renderam ameaças de morte, feitas em outubro de 1996, logo depois de o governo ter baixado um pacote de contenção de gastos com o funcionalismo e no auge das discussões sobre a reforma administrativa. Na época,

passou a andar acompanhada por agentes da Polícia Federal e mandou a filha mais velha estudar nos Estados Unidos.

Sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, Cláudia Costin comenta os resultados de uma pesquisa realizada na época em que era ministra: apenas 13% das secretárias eram mulheres, e somente 8% eram secretárias executivas.

A militância na oposição, quando era estudante, é outro assunto de destaque na entrevista. A secretária conta que foi presa duas vezes. Chegou a ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional, mas foi beneficiada pela anistia, lembra Cláudia, que não esquece da surra de bengala que levou na cadeia.

A reforma administrativa é mais um tema tratado pela secretária. Segundo ela, a União está numa situação estável, com

42,8% de sua receita comprometida com a folha de pagamento. Mas alguns estados, como o Espírito Santo, devem tomar atitudes drásticas para conter os gastos, alerta a ex-ministra. Cláudia Costin também divulga, na entrevista, um número telefônico para reclamações a respeito da administração pública: 0800 610600.

O *Mulheres em Destaque* será transmitido à 1h e às 5h, 13h30 e 21h15.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

11h - Concede entrevista coletiva

Lúdio Coelho recebe bancada federal do MS

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) recebe hoje em sua residência, em Brasília, todos os parlamentares da bancada federal de Mato Grosso do Sul, num almoço de confraternização e boas-vindas aos colegas que tomaram posse ontem.

O novo senador, Juvêncio Cesar da Fonseca, do PMDB, será recebido por Lúdio Coelho e pelo senador Ra-

mez Tebet (PMDB-MS), como também os novos deputados Bem Hur e João Grandão, ambos do PT, Valdemir Moka, do PMDB, e Pedro Pedrossian Filho, do PTB.

Recepcionando os novos colegas deputados estarão, também, a deputada Marisa Serrano, do PSDB, Marçal Filho e Flávio Derzi, do PMDB, e Nelson Trad, do PTB.

Espaço cultural apresenta recital de violas caipiras

Um show de violas com o músico, cantor e compositor Roberto Corrêa é o destaque do programa *Espaço Cultural*, que a TV Senado reapresenta hoje. ‘Violas’ – no plural – porque Corrêa mostra, explica a respeito e toca em algumas variantes do instrumento.

No repertório, sete composições

do artista, entre elas *Baião do Pé Rachado*, *Araponga Isprivitada* e *Futrica Infinita*, além de seis músicas de outros compositores.

Apresentado na Sala Martins Penna do Teatro Nacional de Brasília no dia 20 de janeiro, o espetáculo vai ao ar na TV Senado às 11h30 e às 15h30.



José Fogaça, ao lado da esposa, Isabela Fogaça, é entrevistado pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita

TV Senado revela o artista José Fogaça

Os espectadores da TV Senado poderão conhecer hoje o compositor, artista e intelectual José Fogaça, senador do PMDB gaúcho. Em entrevista à emissora, conduzida pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, Fogaça relembra a juventude em Porto Alegre, a convivência com os grupos musicais do Rio Grande do Sul e a participação nos festivais universitários. Fala também de poesia, de suas composições e dos intérpretes de suas músicas, entre eles Mercedes Sosa, a dupla Cleyton e Cledir

e a esposa, Isabela Fogaça, que participa da entrevista com o marido. O senador conta, ainda, como despertou para a política no final dos anos 60 e início da década de 70.

A entrevista será entremeadada por imagens de Fogaça atuando como senador e por músicas de sua autoria, como *Porto Alegre é Demais*, que a intérprete Isabela Fogaça considera um retrato típico da capital gaúcha.

O programa vai ao ar às 11h e será reapresentado às 23h.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Antonio Carlos — entre Ronaldo Cunha Lima (esq.) e Geraldo Melo (dir.) — agradece a votação



Antes da eleição da nova Mesa, o senador José Sarney — entre Ronaldo Cunha Lima (esq.) e Antonio Carlos (dir.) — foi chamado para fazer o juramento de posse em nome dos novos senadores

ACM é reconduzido à presidência do Senado

O senador foi eleito por 70 votos a três, além de sete abstenções. Em seguida, escolheram-se os integrantes da Mesa que dirigirá a Casa até 2001

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) foi reconduzido ontem à presidência do Senado, com 70 votos favoráveis, três contrários e sete abstenções. Logo após foram eleitos os demais membros da Mesa, que dirigirá a Casa até 2001.

Antonio Carlos encabeçou a chapa única para a Mesa Diretora, elaborada a partir de acordo entre as lideranças partidárias. Esse acordo possibilitou ao Bloco Oposição a segunda vice-presidência da Casa, cargo a ser ocupado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). "A participação da oposição na Mesa fortalece o Senado e possibilita maior entendimento em torno das decisões da Casa", afirmou o líder do Bloco

Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), eleito primeiro suplente da Mesa Diretora.

O PSDB ficou com a primeira vice-presidência, ocupada pelo senador Geraldo Melo (RN), e o PMDB, que tem a maior bancada no Senado, ficou com três cargos efetivos na Mesa: o de primeiro, segundo e terceiro secretário, Ronaldo Cunha Lima (PB), Nabor Júnior (AC) e Casildo Maldaner (SC), respectivamente. Coube ao PFL, além da presidência, a segunda secretaria, com o senador Carlos Patrocínio (TO).

Para as quatro suplências foram eleitos, além de Suplicy, Lúdio Coelho (PSDB-MS), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Marluce Pinto (PMDB-RR).



Congresso permanecerá convocado até dia 12

Os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, assinaram ato convocando extraordinariamente o Congresso Nacional no período de 3 a 12 de fevereiro, sem pagamento de ajuda de custo. O ato foi publicado no *Diário Oficial* da União de ontem.

Nesse período, estará na agenda do Legislativo a Proposta de Emenda Constitucional 637/99, que prorroga e aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A proposta, já aprovada pelo Senado, está agora tramitando na Câmara dos Deputados.

Bancadas partidárias indicam seus líderes para o próximo biênio

As bancadas dos diversos partidos no Senado indicaram ontem os seus líderes para o próximo biênio. Foram reconduzidos Jader Barbalho (PA), do PMDB; Hugo Napoleão (PI), do PFL; e Sérgio Machado (CE), do PSDB. A bancada do PDT escolheu como líder o senador Sebastião Rocha (AP) e, pelo PSB, o líder será o senador Antonio Carlos Valadares (SE). A senadora Marina Silva (PT-AC) acumulará a liderança de seu partido e do Bloco Oposição.



Jader Barbalho



Sérgio Machado



Sebastião Rocha



Carlos Valadares

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 51ª LEGISLATURA

(*) os primeiros nomes de cada Estado elegeram-se em 4 de outubro passado

ACRE Tião Viana (PT) Marina Silva (PT) Nabor Júnior (PMDB)	PARÁ Luiz Otávio (PPB) Ademir Andrade (PSB) Jader Barbalho (PMDB)
ALAGOAS Helôisa Helena (PT) Djalma Falcão (PMDB) Teotônio Vilela Filho (PSDB)	PARAÍBA Ney Suassuna (PMDB) Ronaldo Cunha Lima (PMDB) Wellington Roberto (PMDB)
AMAPÁ José Sarney (PMDB) Gilvam Borges (PMDB) Sebastião Rocha (PDT)	PARANÁ Ávaro Dias (PSDB) Osmar Dias (PSDB) Roberto Requião (PMDB)
AMAZONAS Gilberto Mestrinho (PMDB) Bernardo Cabral (PFL) Jefferson Péres (PDT)	PERNAMBUCO José Jorge (PFL) Carlos Wilson (PSDB) Roberto Freire (PPS)
BAHIA Paulo Souto (PFL) Antonio Carlos Magalhães (PFL) Djalma Bessa (PFL)	PIAUI Alberto Silva (PMDB) Freitas Neto (PFL) Hugo Napoleão (PFL)
CEARÁ Luiz Pontes (PSDB) Lúcio Alcântara (PSDB) Sérgio Machado (PSDB)	RIO DE JANEIRO Saturnino Braga (PSB) Artur da Távola (PSDB) Geraldo Cândido (PT)
DISTRITO FEDERAL Luiz Estevão (PMDB) José Roberto Arruda (PSDB) Lauro Campos (PT)	RIO GRANDE DO NORTE Fernando Bezerra (PMDB) Geraldo Melo (PSDB) José Agripino (PFL)
ESPÍRITO SANTO Paulo Hartung (PSDB) Gerson Camata (PMDB) Luzia Toledo (PSDB)	RIO GRANDE DO SUL Pedro Simon (PMDB) Emília Fernandes (PDT) José Fogaça (PMDB)
GOIÁS Maguito Vilela (PMDB) Iris Rezende (PMDB) Mauro Miranda (PMDB)	RONDÔNIA Amir Lando (PMDB) Ernandes Amorim (PPB) Moreira Mendes (PFL)
MARANHÃO João Alberto (PMDB) Bello Parga (PFL) Edison Lobão (PFL)	RORAIMA Mozarildo Cavalcanti (PFL) Marluce Pinto (PMDB) Romero Jucá (PSDB)
MATO GROSSO Antero Paes Barros (PSDB) Carlos Bezerra (PMDB) Jonas Pinheiro (PFL)	SANTA CATARINA Jorge Bornhausen (PFL) Casildo Maldaner (PMDB) Geraldo Althoff (PFL)
MATO GROSSO DO SUL Juvêncio César da Fonseca (PMDB) Lúdio Coelho (PSDB) Ramez Tebet (PMDB)	SÃO PAULO Eduardo Suplicy (PT) Pedro Piva (PSDB) Romeu Tuma (PFL)
MINAS GERAIS José Alencar (PMDB) Arlindo Porto (PTB) Francelino Pereira (PFL)	SERGIPE Maria do Carmo (PFL) Antônio Carlos Valadares (PSB) José Eduardo Dutra (PT)
	TOCANTINS Eduardo Siqueira Campos (PFL) Carlos Patrocínio (PFL) Leomar Quintanilha (PPB)

ACM dá prioridade a reformas tributária e política

Ao ser reconduzido à presidência da Casa, senador diz que Legislativo e Executivo enfrentam com coragem e decisão o desafio de realizar as mudanças necessárias. “São anseios da sociedade que o Congresso não deixará de atender”, garante

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou, logo após ser reconduzido para o cargo, que a votação das reformas tributária e política será a prioridade do Congresso neste ano. Ele destacou que o Senado e a Câmara nunca trabalharam tanto quanto nos últimos tempos, mas “alguns desavisados e profissionais da mentira, por ignorância ou má fé, condenaram o trabalho dos parlamentares e do Parlamento”.

— Agora, quando o país vive momentos difíceis, que ameaçam afetar suas estruturas econômicas e sociais, e por consequência a democracia, não temos sido e não seremos omissos aos

reclamos da nação, daí por que os inimigos do Congresso confundem patriotismo com submissão. Ninguém aqui é submisso, mas todos aqui são responsáveis — disse.

Antonio Carlos Magalhães denunciou que agentes econômicos, comandados por instituições financeiras, vêm agindo “de maneira irresponsável e criminosa” no mercado de câmbio, “desvalorizando o real em níveis absolutamente irracionais”.

— Tais instituições maximizaram sua atuação especulativa e danosa, com operações simultâneas nos mercados à vista e futuro de câmbio, que envolveram perdas e ganhos da ordem de R\$ 7 bilhões. Utilizaram-se para isso de rumores e boatos

terroristas — como o confisco, a moratória e outros —, objetivando unicamente ganhar às custas da fragilização de toda a economia do país — afirmou.

Para o presidente do Senado, a bandeira e a moeda são os símbolos pátrios de um povo e “o Congresso não fará concessão” para protegê-los. Antonio Carlos Magalhães pediu ao governo que aja “de forma eficaz e urgente” para impedir a volta da inflação, utilizando-se dos instrumentos de política monetária e de fiscalização, porque há “uma tentativa de remarcação desenfreada dos preços”, resultante da mudança cambial.

Abaixo, a íntegra do discurso do presidente do Senado.



Antonio Carlos: agora, quando o país vive momentos difíceis, que ameaçam suas estruturas econômicas e sociais, não seremos omissos

“Jamais se produziu tanto no âmbito do Legislativo”

Sras. e srs. senadores, minhas senhoras e meus senhores, sejam as minhas primeiras palavras de saudação aos 27 senadores que acabaram de prestar juramento e que aqui chegam com o batismo do voto popular na eleição de 4 de outubro.

A marca da saudade nos atingiu na última legislatura, daí porque peço licença aos nobres senadores, principalmente aos novos, para homenagear neste instante os nossos colegas que se foram, figuras expressivas da nossa Casa: Darcy Ribeiro, Onofre Quinan, Humberto Lucena, Vilson Kleinübing e Alexandre Costa.

Agradeço a V. Exas., sras. e srs. senadores, o apoio que me consagra reeleito presidente do Senado Federal. Há exatamente dois anos, fui elevado à presidência desta Casa, em disputa que não houve vencedor.

Por mais que não queira, sinto-me no dever de lembrar, apenas, que naquele pleito contei com a minha estrela-guia a aconselhar-me e até ajudar-me decisivamente no sentido de alcançar o prêmio que achava que eu merecia de presidir a Câmara Alta do Congresso.

Para tanto, fez questão de renunciar a tudo que de direito lhe cabia, inclusive o cargo de ministro de Estado, a fim de que não existisse motivo para se frustrar uma expectativa que era minha, porém muito mais dele. Sempre lutávamos para o êxito um do outro, numa união de propósitos que nunca se abalou. A estrela, onde quer que se encontre hoje, ainda guia os meus passos e ilumina o meu caminho no serviço da minha Pátria.

Hoje, aqui me encontro, sofrido é verdade, mas com o consolo de que no momento mais difícil e triste da minha vida não me faltaram os baianos e V. Exas., srs. senadores. A generosidade de V. Exas. nunca, em nenhum momento, esteve ausente nesses nove meses em que tenho vivido o meu sofrimento. E culmina hoje tal generosidade com esta reeleição.

Desejei ser reeleito mas não precisei lutar pela reeleição. Chegou naturalmente, pela vontade dos meus queridos colegas, companheiros do Senado. O importante é que a confiança foi obtida pelo trabalho e pela imparcialidade do comando.

Em tempo algum o Congresso Nacional trabalhou tanto em benefício do país. Foi tão intensa a atividade das duas Casas do Congresso, que alguns desavisados e profissionais da mentira, por ignorância ou má-fé, condenaram o trabalho dos parlamentares e do Parlamento. Aqui se agiu

com independência e espírito público. Discutiuse e votou-se, sempre pensando e agindo de acordo com os interesses do Brasil.

Agora, quando o país vive momentos difíceis, que ameaçam afetar as suas estruturas econômicas e sociais e, por consequência, a própria democracia, não temos sido e não seremos omissos aos reclamos da nação, daí por que os inimigos do Congresso confundem patriotismo com submissão. Ninguém aqui é submisso, mas todos aqui são responsáveis.

Sinto-me obrigado a dizer e a denunciar ao Senado e ao país que alguns agentes econômicos, gananciosos, comandados por instituições financeiras, vêm agindo de maneira irresponsável, e podemos dizer criminosa, nos mercados de câmbio, desvalorizando o real em níveis absolutamente irracionais.

Tais instituições maximizaram a sua atuação especulativa e danosa, com operações simultâneas nos mercados à vista e futuro de câmbio, que envolveram perdas e ganhos da ordem de R\$ 7 bilhões. Utilizaram-se, para isso, de rumores, boatos terroristas, como o confisco, a moratória e outros, objetivando unicamente ganhar às custas da fragilização de toda a economia do país.

Este fato é inclusive reconhecido por executivos da área internacional do Banco Central.

Aproveitar-se das dificuldades da nossa economia, notadamente no campo externo, para agir dessa maneira, é inaceitável. E posso afirmar: o Congresso Nacional não aceita.

Nem mesmo os mais cétricos economistas e comentaristas especializados ousaram admitir níveis tão elevados para a cotação do dólar frente ao real, por absoluta falta de fundamentação econômica. Tal fato tornou-se muito menos aceitável após a aprovação pelo Congresso Nacional de medidas fundamentais para o ajuste fiscal, bandeira levantada por todos como a principal saída para a crise.

Como consequência da criminosa conduta, já podemos notar uma tentativa de remarcação desenfreada dos preços, resultante da abrupta elevação do valor do dólar frente ao real, mesmo envolvendo produtos que nada têm a ver com a taxa de câmbio.

A reimplantação da inflação jogaria por terra a mais valiosa das conquistas que o país obteve nos últimos anos: a estabilidade da moeda. Esta beneficiou principalmente as classes menos

favorecidas que pagavam o tributo mais perverso: o imposto inflacionário. Esses condutores da especulação são os mesmos grandes beneficiários dessa situação da economia vigente antes do Plano Real.

Quis o povo reconduzir o presidente que elegeu em 1994 e mantê-lo em maioria no Congresso para dar continuidade às reformas que marcarão este governo. O Congresso, portanto, é seu parceiro. E o presidente da República sabe que o povo lhe deu maioria nesta Casa para promover o seu bem comum e dignificar a sua cidadania, preservar os seus valores. E nada mais valioso para um povo que os seus símbolos pátrios, como a sua bandeira e a sua moeda. Para preservar esses símbolos, o Congresso não fará concessão. A soberania de um povo é a sua moeda. Protegê-la dos especuladores é o dever de qualquer brasileiro que ame a sua Pátria.

Portanto, é dever de todos proteger nossa economia, e, sobretudo, os que menos podem, que são os grandes prejudicados pela volta da inflação.

Para isso, as autoridades econômicas precisam agir de forma eficaz e urgente, visando impedir tais manobras, utilizando-se dos instrumentos da política monetária e principalmente do seu poder de fiscalização e regulação dos mercados financeiros. Só assim poderemos salvar o país de uma crise econômica e política sem precedentes.

Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força da nossa coragem, enfrentando as vicissitudes, dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades e de uma pobreza que nos humilha e exige do governo, que somos todos nós, solução.

Estamos fazendo as reformas indispensáveis ao Estado. Muito se fez nesse campo na legislatura que findou, mas teremos que fazer mais. As reformas tributária e política são prioridades neste ano. São anseios da sociedade que o Congresso não deixará de atender. Vamos tomar o compromisso com a nação de votar a reforma tributária como indispensável para a solução de muitas crises do país! (Palmas).

O Executivo e o Legislativo estão enfrentando com coragem e decisão essas reformas. Urge também a reforma do Judiciário, senão completa, pelo menos parcial. De logo, reconhecemos a autoridade dos tribunais superiores, principalmente do Supremo Tribunal Federal, exemplo de retidão e competência, cuja influência é indispensável que seja seguida pelas demais instituições ligadas à Justiça. Quem tem exemplo a seguir não tem o direito de errar.

Fui fiel, srs. senadores e sras. senadoras, ao que lhes prometi há dois anos, quando empossado na presidência desta Casa. Cumprir rigorosamente tudo, graças à ajuda que recebi de V. Exas. Foram tantas as decisões do Senado em benefício do país que, ousado dizer, jamais se produziu tanto no âmbito do Legislativo, e o que

é mais importante, em qualidade e em quantidade. Cito algumas emblemáticas, como o Projeto de Código Civil, que há muitos anos estava paralisado — o Código de 1917 — e que agora precisa ser votado na Câmara dos Deputados, porque o Senado já cumpriu o seu dever. As medidas provisórias e o efeito vinculante são proposições que necessitam de agilização na Câmara dos Deputados, Casa que também tem sido pródiga em bem servir ao país e que não faltará agora na votação das reformas.

O que se conseguiu no Senado deve-se, repito, aos senadores de todos os partidos, que, com devoção, muitas vezes se sacrificaram para evitar o sacrifício do país.

O Senado é forte e será cada vez mais forte na medida em que continue a agir com independência, visando aos maiores e melhores interesses da nação. Vamos, pois, fortalecer o Senado, fortalecer o Congresso, pois sem um Legislativo forte, pelo seu mérito, pela ação digna dos seus representantes, não existirá democracia. E queremos viver democraticamente, daí por que vamos fortalecer o Senado, dar cada vez mais autoridade ao Congresso para que suas decisões sejam ouvidas e respeitadas por todo o país.

Sras. e srs. senadores, ninguém pode ignorar as dificuldades que o país atravessa. São notórias, e é inútil a tentativa de ocultá-las. Até mesmo para que soluções sejam encontradas, a transparência da situação é indispensável. Não são construtivas as acusações demagógicas. A hora é de construir, e é construindo que venceremos a crise. O Brasil vai vencer a crise, porque nós, povo brasileiro, queremos a vitória o mais urgente possível. E tenho certeza de que, com as medidas que estão sendo tomadas, os especuladores não vencerão esta batalha contra o povo brasileiro, porque os seus representantes aqui e na Câmara dos Deputados não permitirão! (Palmas).

O presidente Fernando Henrique Cardoso é o comandante reeleito pelo povo para realizar o trabalho da construção. Ele não é imune à crítica, até porque sem as críticas não pode haver trabalho correto.

Não há dúvida de que o país, no quadriênio passado, adquiriu uma grande credibilidade interna e externa, e isso se deve, principalmente, à competência do presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa credibilidade, que foi tão importante para o Brasil, não pode e não será perdi-

do. O presidente já sabe que nem tudo o que ele queira conseguirá no Legislativo. Por outro lado, ele não ignora que o Legislativo jamais lhe faltará quando estiverem em jogo os interesses da nação, que têm nele, pelo seu patriotismo e pela função que ocupa, o seu maior defensor.

Não existe um brasileiro que não queira a prosperidade e o desenvolvimento do Brasil. Vamos nos unir para que possamos dizer que não faltaremos ao Brasil em momento delicado da sua existência.

No próximo ano, comemoraremos os 500 anos de vida do Brasil e a entrada no ano 2000. Vamos trabalhar, unir esforços para vencer os obstáculos e poder dizer — diremos, com certeza — “tenho orgulho de ser brasileiro”. Mas, para tanto, temos que lutar para que as desigualdades, se não desaparecerem, pelo menos façam

os nossos irmãos menos desiguais. Não quero concluir as minhas palavras sem lembrar a figura de Ruy, e ele está aí a nos ensinar. Ele dizia: “Vi todas as nações do mundo reunidas e aprendi a não me envergonhar da minha”. Esse é o nosso sentimento no momento grave que atravessamos, mas não tão grave quanto os que desejam o império das dificuldades para negociar as suas facilidades.

A nossa ambição é de grandeza, e já afirmou um pensador que a ambição de grandeza é um pecado divino. Este é o único pecado a cometer: lutar para que o Brasil tenha o seu destino de país continental; ser grande para oferecer felicidade e justiça social aos seus filhos.

Vamos trabalhar intensamente, fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para poder repetir a afirmativa de um grande brasileiro nascido em São Paulo: “Só em minha terra, de minha terra, para minha terra, tenho vivido; e incapaz de servi-la quanto devo, prezome de amá-la o quanto posso”.

Pasteur também dizia que os gregos nos legaram uma palavra que ele considerava a mais bela da língua: entusiasmo. “Nada é tão contagioso como o entusiasmo. Ele comove pedras, encanta brutos. Na verdade, nada se realiza sem ele.”

É com o nosso entusiasmo, é com o nosso espírito de luta que nós vamos vencer a crise e que o Brasil será cada vez maior, pela vontade dos seus filhos e pelos representantes do povo no Congresso Nacional.

Muito obrigado. (Palmas).



“Agentes econômicos gananciosos vêm agindo de maneira irresponsável e criminosa nos mercados de câmbio”

Senadores eleitos em 98 assumem mandatos

O plenário do Senado realizou ontem reunião preparatória à Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, em que foram empossados 27 senadores eleitos em 4 de outubro de 1998. Destes, cinco foram reeleitos – Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB), Fernando Bezerra (PSDB-RN) e José Sarney (PMDB-AP) –, sendo que Ney Suassuna e Fernando Bezerra exerceram o mandato anterior como suplentes dos seus respectivos titulares, Antônio Mariz e Garibaldi Alves Filho. Na solenidade, o senador José Sarney foi convidado à



Mesa pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para, em nome dos outros 26 senadores, prestar o compromisso regimental de posse. Logo depois, cada um dos 26 senadores foi chamado a ratificar o compromisso individualmente. Os ministros da Justiça, Renan Calheiros, e da Educação, Paulo Renato Souza, estiveram presentes à cerimônia, assim como os governadores do Distrito Federal (Joaquim Roriz), de Mato Grosso (Dante de Oliveira), do Rio Grande do Sul (Olívio Dutra) e de Tocantins (Siqueira Campos).

ACRE



TIÃO VIANA

Aos 37 anos de idade, senador mais jovem do país, Tião Viana (PT) garante que se empenhará na busca de soluções para os problemas de saúde, particularmente no Acre e na região Norte. “Exercerei um mandato temático, pois tenho consciência de que esse é um dos aspectos mais críticos da realidade brasileira”, afirmou.

O país carece de um debate na área de saúde, entende o senador. Ele antecipou que dedicará seu primeiro pronunciamento, marcado para o dia 23, a fazer uma análise crítica desse setor. Mesmo antes da posse, Tião Viana já esteve no Ministério do Planejamento para pleitear financiamento do Banco Mundial – a fundo perdido – para projetos de saneamento básico no Acre.

Formado em medicina pela Universidade Federal do Pará, com especializações em Medicina Tropical na UnB e Infectologia no Instituto Emílio Ribas (SP), Tião Viana promete somar seus esforços no Senado aos daqueles que estão lutando para “combater com firmeza esse grande cassino em que se transformou a economia brasileira”.

– A esquerda, a direita e o centro sabem que a saída é a produção – afirmou.

ALAGOAS



HELOÍSA HELENA

A senadora Heloísa Helena (PT) assumiu seu mandato ontem anunciando que deseja contribuir para o grande debate nacional, a fim de ajudar a reduzir a miséria e os desequilíbrios de Alagoas e do país. A senadora diz-se disposta a enfrentar as diferenças culturais que tradicionalmente situaram a mulher em plano inferior no Brasil, mas deixou claro que sua atuação será mais ampla.

– Espero dedicar minha atuação ao Nordeste e em especial ao meu estado. A situação de Alagoas é particularmente especial. Ali, a fome, a miséria, a humilhação, o desemprego e a estrutura perversa do crime organizado resultam de três décadas de irresponsabilidade das elites. E vamos lutar contra isso – afirmou a parlamentar.

Ela informou que a bancada feminina do Senado está organizando uma reunião para discutir a questão feminina, mas, em sua opinião, tão importante quanto reduzir a opressão contra a mulher é lutar em favor de todos os marginalizados, “que são grande parte da população brasileira”.

AMAZONAS



GILBERTO MESTRINHO

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB) defende a adoção da fidelidade partidária em lei como forma de evitar o alto número de mudança de partidos pelos parlamentares, fato que ocorreu, por exemplo, nas duas últimas legislaturas. Para isso, o novo senador propõe que o mandato pertença ao partido e não ao parlamentar e aquele que deixar a sigla pelo qual foi eleito deve ser punido com a perda do mandato.

Essa é uma das opiniões que Mestrinho tem acerca da reforma político-partidária, um dos assuntos que tramita no Senado, nesta legislatura. Ele defende ainda o financiamento público das campanhas e medidas para evitar a proliferação indiscriminada de partidos políticos, propostas apresentadas também pela Comissão Especial que estudou o assunto no ano passado. Por outro lado, Mestrinho discorda da comissão em outros temas: é contrário à adoção do voto facultativo e do voto distrital misto.

Governador do seu estado por três mandatos, o representante do Amazonas chega ao Senado com cerca da metade dos votos dos seus conterrâneos. Funcionário público de profissão, Mestrinho foi cassado pelo regime militar quando era deputado federal.

AMAPÁ



JOSÉ SARNEY

Ex-presidente da República, o senador José Sarney (PMDB) está assumindo o seu quarto mandato na Casa, com o propósito de continuar lutando para colocar o Amapá no mapa econômico da Amazônia. Conforme o senador, todas as suas iniciativas no mandato anterior foram no sentido de incentivar o desenvolvimento sustentado do estado, visando à multiplicação dos empregos.

Foi por iniciativa de Sarney que o Amapá colocou em funcionamento sua zona de livre comércio, que aqueceu a economia do estado e tornou-se a maior geradora de empregos da região.

Entre suas metas para essa legislatura, o ex-presidente pretende lutar para que se conclua a pavimentação da BR-156, que liga Laranjal do Jari a Oiapoque, aproximando o Brasil da Guiana Francesa. É seu objetivo também lutar para ampliar a zona de livre comércio do estado, a fim de propiciar o aumento dos empregos.

Advogado, professor, escritor, poeta e jornalista, Sarney elegeu-se para o seu primeiro mandato de deputado federal em 1956, chegando em 1965 ao governo do Maranhão. De 1971 a 1985, ele foi senador da República, chegando, também em 1985, à Presidência da República. Em 1991, elegeu-se senador pelo Amapá, renovando seu mandato no ano passado.

BAHIA



PAULO SOUTO

O senador Paulo Souto (PFL) pretende lutar por grandes projetos de irrigação em seu estado, pela continuidade do programa de recuperação da região cacauzeira e por uma melhor integração da rede rodoviária da Bahia, que em sua opinião tem sofrido muito nos últimos anos.

O parlamentar reconheceu que o estado está em situação melhor que a de outros, mas mesmo assim ainda precisa de muitos investimentos para retomar plenamente seu desenvolvimento. Aos 55 anos, casado, três filhos, Paulo Souto recebeu 73,24% dos votos para o Senado – um total de 2.583.185, após cumprir seu mandato como governador da Bahia entre 1995 e 1998.

Geólogo e professor, o novo senador baiano ocupou antes a vice-governadoria do estado (1991-1994). Foi também superintendente da Sudene, entre 1987 e 1990.

O senador lembrou que 1999 será um ano de decisões muito importantes, em especial com relação à reforma política e à reforma tributária.

– Considero a reforma tributária um dos temas mais complexos que existem, um tema apaixonante porque vem em um momento em que todos falam da necessidade de se mudar o sistema tributário nacional – afirmou.

CEARÁ



LUIZ PONTES

Para atravessar a atual crise econômica, o senador Luiz Pontes (PSDB) prega a união de todos os brasileiros. As questões partidárias, diz ele, devem ser deixadas de lado para que as dificuldades sejam superadas.

– Para tirar o país dessa crise, é preciso pensar na nação em primeiro lugar. Declarações de que o presidente deve renunciar não levam a nada, pelo contrário – afirmou Pontes à Agência Senado durante a sessão que deu posse aos novos senadores.

Ele acredita que a equipe econômica deve vir ao Congresso para mostrar o que pretende daqui para a frente. Com a aprovação das medidas do ajuste fiscal, continuou, os parlamentares deram a sua contribuição, em sinal de confiança à equipe econômica.

– Sempre se discutiu a sobrevalorização do real como algo prejudicial. Com a desvalorização, a expectativa era de que os juros iriam cair, mas o que se observou foi o inverso – declarou o senador.

Deputado estadual por 12 anos e federal por outros quatro, Luiz Pontes chega ao Senado com 1,4 milhão de votos (62%), depois de passar pela presidência da Assembleia Legislativa do Ceará. Empresário das áreas de construção civil, agropecuária e turismo, o senador é casado com Karisia Andrade Pontes e tem três filhos.

DISTRITO FEDERAL



LUIZ ESTEVÃO

O Distrito Federal já teve maior participação no Orçamento da União e precisa recuperar a posi-

ção perdida. Essa é a opinião do senador Luiz Estevão (PMDB), que anunciou que irá apresentar, como primeiro projeto de lei, proposta de regulamentação do Fundo Constitucional do DF.

Os problemas enfrentados pela Federação no momento também receberão a atenção do novo senador. A chamada “guerra fiscal” entre os estados foi classificada por Estevão de “competição predatória que traz mais benefícios às empresas do que aos estados e à população”. Para ele, a renegociação das dívidas estaduais foi um processo longamente discutido que deve ser respeitado.

Empresário da área de construção civil, o senador Luiz Estevão está iniciando o seu segundo mandato eletivo. Antes de chegar ao Senado Federal, com mais de 460 mil votos (47,76%), Estevão foi deputado distrital e vice-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

No legislativo local, sua atuação foi marcada pelo número expressivo de projetos de lei que apresentou (mais de 300), além da liderança da bancada do PMDB, a maior da Câmara Legislativa. O senador é membro do Diretório Nacional do partido e da Fundação Pedroso Horta.

ESPÍRITO SANTO



PAULO HARTUNG

O senador Paulo Hartung (PSDB) chega ao Senado carregando a experiência de deputado estadual e deputado federal e o título de prefeito que encerrou o mandato com o maior nível de aceitação no país.

Ao deixar a prefeitura de Vitória, em 96, Hartung contava com um índice de aprovação de 91,4%, conforme pesquisa *IstoÉBrasmarket*.

Nas eleições de outubro passado, Paulo Hartung obteve a maior votação que um candidato ao Senado já conseguiu no Espírito Santo. Ele recebeu ao todo 66,2% dos votos válidos.

Economista, atualmente com 41 anos de idade, antes de se dedicar à campanha ao Senado Hartung ocupou o cargo de diretor de Desenvolvimento Regional e Social do BNDES, onde coordenou a implantação do Banco do Povo, do Programa de Recuperação de Finanças Municipais e do Programa Nacional de Apoio à Agricultu-

ra Familiar (Pronaf).

Paulo Hartung começou a sua vida política como líder estudantil. Ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Espírito Santo, elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em novembro de 1982.

Como parlamentar, Paulo Hartung sempre teve forte atuação na área econômica. Na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, foi presidente da Comissão de Orçamento. Na prefeitura de Vitória, executou o projeto de urbanização da “Grande São Pedro”, que representou o Brasil na Conferência Mundial Habitat 2, na Turquia.



GOIÁS



MAGUITO VILELA

Uma política de desenvolvimento econômico. É o que propõe o senador Maguito Vilela (PMDB) como caminho para o país sair da crise. Para ele, o governo deve buscar aumentar as receitas públicas através do crescimento econômico.

– Se diminuirmos a carga tributária, os encargos trabalhistas e as taxas de juros e realizarmos uma política de investimentos na produção, com certeza, o país vai aumentar as suas receitas. O que não podemos fazer é o ajuste fiscal pisando no pescoço do nosso povo – observou.

Governador de Goiás de 1995 a 1998, Maguito Vilela criticou as diretrizes do PSDB, “nos níveis estadual e federal”. Na sua opinião, os tucanos se preocupam com a economia e deixam de lado os problemas sociais.

– O governo passou quatro anos cuidando da economia, sem resolver os problemas dos estados e dos municípios, que se encontram hoje arruinados – afirmou.

MARANHÃO



JOÃO ALBERTO

O senador João Alberto (PMDB) acredita que, para solucionar a situação econômica do país, será necessário um ajuste fiscal severo e rigor nas despesas públicas. Para ele, tornou-se imperativo adotar uma economia de guerra, em que os dirigentes terão que inspirar muita confiança.

Entre as suas principais propostas, está o incentivo ao turismo como forma de combater o desemprego. João Alberto defende a proibição da devolução de cheques sem fundos com valores abaixo de meio salário mínimo; proibição do que chama de bitributação dos terrenos próximos ao mar, que pagam IPTU e aforamento para a Marinha.

O novo senador do Maranhão é economista e nasceu na cidade de Bacabal, no mesmo estado.

Casado e pai de três filhos, o senador foi secretário de Estado de três governadores – José Sarney, Ribamar Fiquene e Roseana Sarney. João Alberto foi vice-governador do estado, deputado federal, deputado estadual, presidente do PMDB do Maranhão e prefeito de Bacabal.

MINAS GERAIS



JOSÉ ALENCAR

O novo senador por Minas Gerais, José Alencar (PMDB), quer trabalhar pela aproximação entre os setores da sociedade brasileira. “Nós, os políticos, estamos distantes das bases; é preciso ouvir mais nossos eleitores. O mesmo esforço precisa ser feito em direção aos empresários e trabalhadores, que de-

vem participar mais das decisões nacionais. Precisamos aproximar o Brasil do Brasil”, enfatizou.

Alencar é empresário do setor têxtil, proprietário e presidente de um dos maiores grupos do setor, o Coteminas, com fábricas em vários estados do Nordeste e em Minas Gerais. Ele nasceu no dia 17 de outubro de 1931, em Muriaé (MG). É casado com dona Mariza, tem três filhos e quatro netos.

Além de empresário e político, Alencar sempre participou de entidades de classe, tendo sido presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), entre 1989 e 1994, e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre 1990 e 1995. Ele exerceu a presidência do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, entre 1990 e 1995, sendo membro titular de vários conselhos de administração de entidades empresariais, sociais e financeiras no estado.

MATO GROSSO DO SUL



JUVÊNCIO DA FONSECA

O novo senador de Mato Grosso do Sul, Juvêncio da Fonseca (PSDB), disse que cabe ao Senado uma ação universalizada. “Precisamos nos preocupar com assuntos de nosso estado, mas também com temas nacionais e até internacionais. Em resposta à gravíssima crise em que se encontra o país, é imprescindível que votemos as reformas tributária e política com rapidez, ultimando, ainda, a regulamentação das reformas administrativa e previdenciária, que já foram aprovadas”, afirmou.

Além de político, Juvêncio da Fonseca é advogado, professor e defensor público. Nasceu no dia 21 de setembro de 1935, em Campo Grande (MS). É casado com d. Suely e tem dois filhos. É bacharel em Direito, pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro.

Entre 1982 e 84, foi vereador em Campo Grande, tendo exercido por duas vezes o cargo de prefeito da cidade – entre 85 e 88 e novamente de 93 a 96.

Este é seu primeiro mandato de senador. Entre suas metas no Senado, Juvêncio quer trabalhar pela redução da taxa de juros, privilegiando as atividades produtivas. Ele também defende a diminuição dos impostos como alternativa concreta para o aumento dos investimentos e da riqueza tributária.

MATO GROSSO



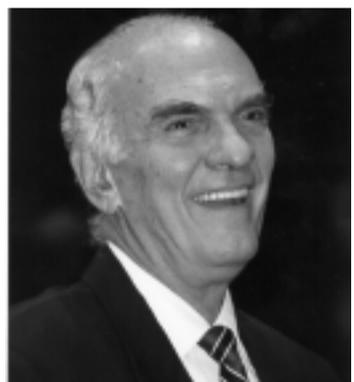
ANTERO DE BARROS

Ao avaliar as perspectivas para o país, o senador Antero de Barros (PSDB) diz que, com uma redução das taxas de juros e a convivência com uma inflação suportável, inferior a dois dígitos, o Brasil terá condições de retomar o desenvolvimento. Ele lembrou que seu partido e o próprio presidente da República têm se posicionado claramente nesse sentido.

Quanto à situação dos estados, Antero de Barros não considera a renegociação das dívidas como alternativa adequada. "Não diria renegociação", observa, admitindo, no entanto, uma profunda discussão sobre o Fundo de Estabilização Fiscal, a Lei Kandir e os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos subsídios federais.

Antero de Barros, 46 anos, é jornalista e iniciou-se na vida pública militando no MDB. Eleito deputado federal em 1986, foi parlamentar constituinte e sua atuação recebeu a nota 9,5 do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Foi secretário da Casa Civil e da Comunicação Social no primeiro governo de Dante de Oliveira no Mato Grosso.

RIO DE JANEIRO



SATURNINO BRAGA

Dedicação em tempo integral ao debate da crise econômica e à formulação de um novo pacto federativo. É com esse compromisso que o engenheiro Roberto Saturnino Braga (PSB), de 67 anos, retorna ao Senado, que deixou em 1986 para assumir a Prefeitura do Rio de Janeiro. Os problemas envolvendo o endividamento dos estados com a União devem estar, na opinião de Saturnino, na pauta das prioridades da nova legislatura.

– O Senado tem uma posição estratégica para tratar dos assuntos da federação. No que se refere ao endividamento dos estados e seu relacionamento com a União, devemos tomar a iniciativa de propor o que se convencionou chamar de



novo pacto federativo, baseado em uma reforma tributária que corrija as destinações de receitas – comenta.

Saturnino começou sua vida parlamentar como deputado federal, de 1962 até 66, quando foi cassado pelo regime militar. Retornou ao Congresso em 74, sendo eleito senador com 70% dos votos. Durante o segundo mandato, venceu a primeira eleição direta para prefeito do Rio de Janeiro, em 85. Com esse vasto currículo, é taxativo: "A atual estrutura federativa inviabiliza os estados." Para ele, essa realidade ficou explícita no episódio da moratória de Minas Gerais.

PARÁ



LUIZ OTÁVIO

O senador Luiz Otávio (PPB) assume seu primeiro mandato na Casa anunciando que pretende unir-se à bancada do Pará no Legislativo para ajudar o governador Almir Gabriel no projeto de promover o crescimento do estado. "O Pará já fez seu dever de casa e agora precisa crescer", afirma ele.

Segundo Luiz Otávio, seu estado está cumprindo os limites orçamentários fixados na Lei Rita Camata e tem hoje uma das menores dívidas da Federação – são R\$ 270 milhões, perfeitamente administráveis. Ele diz que sua meta no Legislativo é lutar para que o Brasil saia da crise em que se encontra. Por isso, votará favoravelmente a todas as medidas de ajuste fiscal. "Vamos ajudar a tirar o Brasil do buraco", antecipa.

Administrador de empresas, Luiz Otávio foi secretário de Transportes do Pará, vereador e presidente da Câmara Municipal de Belém, deputado estadual, líder do governo na Assembléia Legislativa e vice-presidente do diretório estadual do PFL. Foi também diretor do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre das Agências de Navegação do Pará, assim como diretor da Associação Brasileira de Navegação Interior.

PARAÍBA



NEY SUASSUNA

Reconduzido à Casa, o senador Ney Suassuna (PMDB) entende que o Legislativo deve ajudar o presidente Fernando Henrique Cardoso a vencer a crise. "É preciso restaurar a confiança de todos no país. O Brasil tem tudo para ser grande", diz. O senador pretende defender os interesses da Paraíba e afirma que lutará por recursos para o combate à seca.

Suassuna destacou-se na última legislatura atuando no setor de contas públicas. Foi presidente da Comissão Mista de Orçamento, em 1997, e relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no ano seguinte. O senador, que integra a base governista, pretende ser atuante na defesa das reformas que vêm sendo propostas pelo Executivo, como a tributária.

Ele propõe a privatização da cobrança de dívidas e impostos da União para aumentar a receita. Como membro da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), defendeu também operações de crédito externo para a área social de estados que estão honrando suas dívidas com a União.

Empresário e professor, Suassuna é presidente do Colégio Anglo-Americano, dirigente da Agroindústria Suassuna e da Suassuna Factoring. Foi professor e coordenador da Universidade do Brasil. É bacharel em Administração e Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, formado também em Pedagogia pela Faculdade Castelo Branco, do Rio, e em Inglês pela Universidade de Santa Bárbara, nos Estados Unidos.

RIO GRANDE DO NORTE



FERNANDO BEZERRA

"O mercado brasileiro é o maior patrimônio que a gente tem." A afirmação é do senador Fernando Bezerra (PMDB), ao manifestar sua confiança no fim da crise econômica e a certeza de que apostou mal quem investiu nos últimos dias em dólar.

Na opinião do senador, o dólar vai cair

para R\$1,60. Ele explica: a defasagem cambial estava em 20%; somando a isso 10% de especulação, o resultado é 30% na desvalorização cambial, razão pela qual sustenta que o real voltará a se valorizar.

– Tenho pena de quem comprou dólar para especular. Vai perder dinheiro, porque o real vai se recuperar. Este país é um grande mercado e temos todas as condições para sair da crise – garante.

Fernando Bezerra, que também é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), assume o novo mandato reconhecendo que o Brasil chegou à situação atual por não ter feito o ajuste fiscal. "Mas nem por isso é tarde. Ainda há tempo de realizar a reforma tributária, e fiquei muito feliz com a referência a esse assunto feita pelo presidente da Casa, em seu discurso de posse", observou.

Fernando Bezerra deverá continuar dispensando especial atenção à economia. Segundo ele, a sociedade já ofereceu uma importante contribuição ao equilíbrio das contas públicas através do ajuste, e o governo deve promover uma ampla reestruturação do sistema tributário do país.

PERNAMBUCO



JOSÉ JORGE

Político experiente, que exerceu durante 16 anos mandatos de deputado federal e já ocupou o cargo de secretário de Educação de Pernambuco por duas vezes, José Jorge Vasconcelos Lima (PFL) assume uma cadeira no Senado declarando que a prioridade será chamar a atenção do país para os problemas que afetam seu estado.

Ele pretende, a partir da tribuna do Senado, dar suporte ao governador Jarbas Vasconcelos, que, em sua opinião, assumiu um estado "em situação difícil, após um governo marcado pelo escândalo dos precatórios, e que vai precisar de ajuda para conseguir implementar seus projetos".

Professor, economista e engenheiro, José Jorge exerceu até o final do mês de janeiro o cargo de presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. No Senado, deseja dar continuidade a essa atuação. De início, refere-se a sua expectativa de trabalhar no projeto de lei do Plano Decenal de Educação, que está na Câmara e deve ser enviado em breve para o Senado.

Homem fortemente ligado a seu partido, José Jorge, que já presidiu o PFL, ocupando hoje o cargo de vice-presidente, defende a implantação de uma reforma política que fortaleça os partidos. Trabalhar com esse objetivo também está entre as prioridades de seu mandato.

PIAUI



ALBERTO SILVA

Discutir com os demais integrantes da bancada do Nordeste soluções viáveis para combater os efeitos da seca e minimizar o sofrimento da população será a prioridade do senador Alberto Silva (PMDB). Ele sustenta que, ao invés de um grande projeto, que requer alto investimento, o problema pode ser atenuado com poucos recursos e idéias práticas.

Diante da crise, que reduz o volume de investimentos, Alberto Silva defende que cada lavrador que more em regiões castigadas pela seca receba uma ferramenta de trabalho que lhe propicie uma renda aproximada de três salários mínimos.

Eleito pela segunda vez para o Senado (o primeiro mandato foi de 1979 a 1987), Alberto Silva já governou o Piauí por duas vezes e também cumpriu dois mandatos como prefeito de Parnaíba, segunda cidade do estado. A partir de 1995, foi um dos representantes do Piauí na Câmara dos Deputados.

PARANÁ



ÁLVARO DIAS

O novo senador pelo Paraná, Álvaro Dias (PSDB), tem como principal projeto a recuperação da credibilidade nas instituições políticas. Para isso, considera fundamental uma reforma política.

– Nas eleições passadas, muitos vícios do atual sistema político afloraram. Esse modelo político precisa ser sepultado, – afirma, exemplificando com siglas que funcionam como balcão de negócios, ocupando espaço na TV e rádio.

Dias é historiador e já foi senador, de 1983 a 1986. Foi governador do estado de 1987 a 1991 e, à frente do governo paranaense, conseguiu no final do mandato deixar o Paraná com superávit de 6,2 bilhões de cruzeiros, um fato até então inédito, assegura. Investiu, na época, mais de US\$ 200 milhões em obras em todo o estado. Foi, também, duas vezes deputado federal, além de deputado estadual e vereador.

Os 27 Senadores

Paulo Souto (BA)
Saturnino Braga (RJ)
João Alberto (MA)
Luiz Otávio (PA)
José Jorge (PE)
Eduardo Suplicy (SP)
José Alencar (MG)
Maguito Vilela (GO)
Antero Barros (MT)
Pedro Simon (RS)
Luiz Pontes (CE)
Ney Suassuna (PB)
Paulo Hartung (ES)
Alberto Silva (PI)
Fernando Bezerra (RN)
Jorge Bornhausen (SC)
Heloísa Helena (AL)
Maria do Carmo Alves (SE)
Gilberto Mestrinho (AM)
Álvaro Dias (PR)
Tião Viana (AC)
Juvêncio da Fonseca (MS)
Luiz Estevão (DF)
Eduardo S. Campos (TO)
José Sarney (AP)
Amir Lando (RO)
Mozarildo Cavalcanti (RR)

PFL
PSB
PMDB
PPB
PFL
PT
PMDB
PMDB
PSDB
PMDB
PSDB
PMDB
PSDB
PMDB
PSDB
PMDB
PFL
PT
PFL
PMDB
PSDB
PT
PMDB
PMDB
PFL
PMDB
PMDB
PFL

RORAIMA



MOZARILDO CAVALCANTI

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL) assumiu o mandato preocupado com alguns fatos que, em sua opinião, entram o desenvolvimento de seu estado. Entre eles estão as demarcações de grandes áreas indígenas, que, segundo ele, tomam 50% do território de Roraima.

Médico, 55 anos, Mozarildo Cavalcanti quer intensificar o comércio com a Venezuela. Para ele, a ligação rodoviária entre os dois países dinamizou essa integração, mas os entraves burocráticos ainda são muito intensos.

O senador Mozarildo Cavalcanti foi eleito com 44.652 votos – 37,42% do total de votos válidos para senador em Roraima. Natural de Boa Vista, foi deputado federal por duas legislaturas (de 1983 a 1991), tendo participado da Assembleia Nacional Constituinte. O senador foi eleito pelo PPB, mas filiou-se ao PFL – partido pelo qual desempenhou seus dois mandatos na Câmara dos Deputados.

RONDÔNIA



AMIR LANDO

O senador Amir Lando (PMDB) defendeu a necessidade de se repensar o pacto federativo, de modo a fortalecer a descentralização das políticas públicas. Este será um dos principais objetivos que orientarão seu mandato, a ser desempenhado “com muito trabalho, esforço e amor à nação, mais do que nunca sacrificada por graves problemas econômicos e sociais”.

Para o senador, um novo pacto federativo envolve “afastar os entulhos autoritários do Estado unitário”, o que exigirá uma reforma tributária que garanta a autonomia e a soberania relativas dos estados e dos municípios.

Amir Lando, 54 anos, natural de Santa Catarina, assume seu mandato no Senado pela segunda vez. Na primeira, eleito como suplente de senador, assumiu a titularidade em 1990, após o falecimento do senador Olavo Piets.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Amir Lando foi deputado estadual de Rondônia no período 1983-1987. No seu primeiro mandato como senador, foi relator da CPI que culminou no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

RIO GRANDE DO SUL



PEDRO SIMON

Exercendo mandatos parlamentares há 40 anos, o senador Pedro Simon (PMDB) reassume nesta nova legislatura com o propósito de continuar lutando pelo fim das desigualdades sociais. “Se eu puder diminuir essa distância entre os poucos que têm tudo e os muitos que não têm nada, eu me darei por satisfeito”, antecipou.

Reconhecendo a responsabilidade



que tem de defender o Rio Grande do Sul, o senador disse que não pode prescindir de suas preocupações com o país. Ele reafirmou seu entendimento de que o Legislativo não está se identificando com as aspirações do povo brasileiro. “E, sem autenticidade, o Congresso terá cada vez menos expressão na sociedade”, lastimou ele.

Para Simon, o mais relevante no momento não é a certeza de o plano econômico estar dando certo ou não. “O preocupante é que, no Brasil, as elites não se preocupam com o social”, afirmou.

SANTA CATARINA



JORGE BORNHAUSEN

“O atual Congresso tem uma grande responsabilidade no sentido de ser um Congresso reformador”, afirmou ontem o senador Jorge Bornhausen (PFL), ao assumir seu segundo mandato de senador. Ele considera fundamental o papel do Legislativo na solução dos problemas brasileiros, e sustenta que duas tarefas precisam ser executadas em conjunto com o governo: a reforma política e um novo pacto federativo.

Ao pregar a reforma política, Bornhausen disse que ela tem de ser simples e efetiva, fruto de alterações na lei e não necessariamente na Constituição. Quanto ao novo pacto federativo, ele preconizou uma distribuição de competências mais racional entre as unidades da Federação, para evitar dualidades que trazem desperdício e produzem déficit público. “É fundamental saber o que compete à União, aos estados e aos municípios”, disse o senador.

SERGIPE



MARIA DO CARMO

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL) disse que não assumiu a sua cadeira no Senado apenas para homologar projetos de lei apresentados pelo Poder Executivo. Para ela, o papel de senador é bem mais amplo do que o de simplesmente referendar as decisões do governo.

– Estou aqui para discutir, analisar e avaliar as decisões que precisam ser adotadas no país, mas não farei parte de uma bancada amorfa, que apenas assina embaixo do que o presidente da República determina – garantiu Maria do Carmo Alves.

Na avaliação da senadora por Sergipe, a situação brasileira é grave e exige uma solução conjunta, com a participação de deputados e senadores. Ela entende que o presidente Fernando Henrique Cardoso deve tomar “as rédeas do país”, não deixando a responsabilidade apenas para sua equipe econômica.

Maria do Carmo Alves destacou-se na vida política de Sergipe atuando durante as administrações do seu marido, João Alves Filho, na prefeitura de Aracaju e no governo do estado. Seu trabalho na área social rendeu o reconhecimento de instituições internacionais como a Unesco e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

SÃO PAULO



EDUARDO SUP LICY

Eduardo Suplicy (PT) volta ao Senado com a disposição de continuar sua luta em defesa dos trabalhadores e das mino-

rias, principal marca deixada por seus mil discursos pronunciados no primeiro mandato e pelas dezenas de projetos e idéias que apresentou e sustentou. Seu programa de renda mínima para famílias que mantêm filhos na escola básica, vem sendo implantado por prefeituras de todo o país.

Economista, fundador do PT, Suplicy já foi deputado estadual, deputado federal, vereador e senador com o maior número de votos já recebidos na história do país. Em 92, foi um dos autores da proposta de criação da CPI que culminou no *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. No ano seguinte, conseguiu que o Congresso fizesse a CPI Mista do Orçamento da União, que investigou irregularidades na feitura do Orçamento.

Além das causas em defesa da cidadania e dos trabalhadores, Suplicy se destaca na fiscalização de atos do Executivo. No primeiro mandato, apresentou quase 200 requerimentos de informações ao governo federal, abrangendo de assuntos econômicos a explicações sobre a política social.

TOCANTINS



SIQUEIRA CAMPOS

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL) defendeu a continuidade das obras da ferrovia Norte-Sul e da hidrovía Araguaia-Tocantins, esta última já em fase de balizamento. Para ele, essas são as metas “estratégicas” para o desenvolvimento do estado. O senador pretende também ver criada a Universidade Federal de Tocantins, já que seu estado é a única unidade da Federação que ainda não possui uma universidade federal.

– Não podemos continuar sendo discriminados. Já no décimo ano de criação de Tocantins, nós entendemos isso (a ausência da universidade) como uma discriminação – afirmou o senador.

Eduardo Siqueira Campos chega ao Senado aos 39 anos de idade, mas já dono de uma intensa carreira política. Foi eleito deputado federal por duas vezes e, em 1992, deixou a Câmara dos Deputados para assumir a prefeitura de Palmas. É filho do atual governador de Tocantins, José Wilson Siqueira Campos.

Pedagogo, natural de Campinas, Eduardo Siqueira Campos teve 291.624 votos, ou 74,7% do total de votos válidos para senador no estado.